



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. ____/2025

*“Institui a Taxa de Preservação Ambiental – TPAM
no Município de Paraty, e dá outras providências”.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARATY**, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Paraty, a Taxa de Preservação Ambiental – TPAM, incluindo na Lei Complementar 107, de 28 de setembro de 2022 o Capítulo V, no Título IV, cria os artigos 429-A, 429-B, 429-C, 429-D, 429-E, 429-F e 429-G com a seguinte redação:

TÍTULO IV
DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA

[...]

CAPÍTULO VI
DA TAXA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – TPAM

Seção I
Do Fato Gerador e do Contribuinte

Art. 429-A – A Taxa de Preservação Ambiental – TPAM – tem como fato gerador o exercício do poder de polícia municipal em relação à matéria de proteção, preservação e conservação do patrimônio natural e histórico do Município de Paraty.

§ 1º - A TPAM será devida em razão da entrada e permanência de veículos automotores no território do Município de Paraty.

§ 2º - O valor da TPAM será lançado uma única vez por dia, por veículo, independentemente do tempo de permanência no Município, vedada a cobrança proporcional por hora ou fração de tempo.

Art. 429-B – São contribuintes da TPAM, os proprietários, os titulares ou possuidores, a qualquer título, de veículo automotor, no momento do lançamento da taxa, independentemente de quem promova a entrada ou permanência do veículo no território municipal.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

Seção II
Da Isenção

Art. 429-C – A TPAM não incidirá sobre:

I – ambulâncias, veículos oficiais, carros fortes e carros fúnebres previamente cadastrados no Município;

II – veículos prestadores de serviços ou que realizem abastecimento para o comércio local, devidamente identificados e cadastrados previamente no Município, não tendo direito à isenção os veículos de transporte de turistas, vans, taxis, ônibus e pertencentes a empresas locadoras de veículos;

III – veículos transportando artistas e aparelhagem para espetáculos, convenções, manifestações culturais e feiras, previamente autorizados;

IV – veículos de empresas concessionárias de serviços de eletricidade, telefonia fixa e móvel, saneamento e concessionária de transporte público coletivo e ônibus de transporte interestadual e/ou intermunicipal de empresas que possuam lojas físicas em Paraty, previamente cadastrados no Município;

V – veículos com licenciamento no Município de Paraty;

VI – veículos licenciados nos municípios limítrofes de Ubatuba, Cunha e Angra dos Reis;

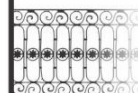
VII – veículos utilizados exclusivamente por ou para o transporte de pessoas com deficiência física, intelectual e múltipla, ou com Transtorno do Espectro Autista – TEA, desde que comprovada a condição mediante apresentação de laudo médico e documentação complementar exigida;

VIII – veículos de propriedade daqueles que comprovarem cadastro imobiliário predial, no Município de Paraty, em seu nome ou de terceiro até o terceiro grau consanguíneo, nos termos da Constituição Federal e Código Civil;

IX – veículos de turismo ou fretamento com isenção concedida por interesse público específico.



Rua Dr. Samuel Costa, n.º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3600380035003300330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da
Lei 14.063/2020.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

X - Veículos que adentram ao Município com o objetivo de passagem rápida, com período inferior a quatro horas.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal cadastrará previamente os veículos de que tratam os incisos I, II, VI, VII e VIII, deste artigo.

§ 2º - Os veículos dispostos nos incisos deste artigo, que dependerem de cadastramento prévio, terão o prazo de setenta e duas horas para regularização após a entrada no Município.

§ 3º - As isenções serão concedidas somente para o exercício das atividades previamente cadastradas de acordo com os incisos deste artigo, vedada a isenção quando houver desvio da atividade cadastrada.

§ 4º - A isenção será concedida por prazo determinado, ficando condicionada a renovação e a comprovação periódica das condições que fundamentaram sua concessão.

§ 5º - Qualquer alteração nas condições que fundamentaram a concessão da referida isenção, tais como a venda do veículo, a alienação do imóvel ou o encerramento do contrato de locação, deve ser informado à Administração Pública Municipal no prazo de cinco dias contados da ocorrência da alteração, para fins de cancelamento da isenção. O não cumprimento sujeitará o beneficiário ao pagamento de multa no valor de duzentos UFIR-RJ, bem como à cobrança retroativa das taxas devidas, relativas ao período em que a isenção tenha sido indevidamente mantida.

§ 6º - Os procedimentos, documentos e condições exigidos para a comprovação do direito à isenção, bem como controle dos requisitos necessários à sua concessão, serão definidos e disciplinados por Decreto, devidamente editado pelo Chefe do Poder Executivo.

Seção III
Da Base de Cálculo

Art. 429-D – São valores correspondentes para a realização do lançamento de cobrança:

TIPO DE VEÍCULO	UFIR-RJ
Motocicletas, motonetas, triciclos e quadriciclos	1



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

Automóveis	2,5
Caminhonetes	4
Vans e Micro-ônibus	7,5
Caminhões	10
Ônibus	22

Art. 429-E – A operacionalização dos sistemas de arrecadação, controle, monitoramento, fiscalização, atendimento ao usuário e aplicação vinculada dos recursos provenientes da TPAM poderá ser realizada por meio de:

I – diretamente pela Administração Pública Municipal, por seus órgãos ou entidades;

II – Formalização de concessão ou delegação a terceiros, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º - O edital de licitações e contrato de concessão ou delegação deverão assegurar:

- Vinculação das receitas da TPAM às finalidades previstas nesta Lei Complementar;
- Manutenção de mecanismos de transparência e controle social, inclusive relatórios periódicos de arrecadação e aplicação dos recursos;
- Responsabilidade da concessionária pela operação do sistema tecnológico, atendimento aos usuários e observância das normas de proteção de dados pessoais;
- Coleta, tratamento e armazenamento dos dados pessoais decorrentes do processo de identificação eletrônica dos veículos deverão observar integralmente os princípios e as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD, garantindo-se a segurança, a finalidade específica e dos direitos dos titulares dos dados.

§ 2º - A arrecadação da TPAM, seja por gestão direta, delegada ou concedida, deverá ser identificada em rubrica orçamentária própria e



Rua Dr. Samuel Costa, n.º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

ter sua execução acompanhada pelos órgãos de controle interno e externos competentes.

Art. 429-F – O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no que couber, e, em casos omissos, disciplinando:

I – a estrutura operacional do sistema de gestão da TPAM, incluindo os métodos de controle eletrônico de ingresso, permanência e cobrança;

II – os procedimentos para cadastro, solicitação, manutenção e renovação das isenções previstas nesta Lei Complementar;

III – os mecanismos de prestação de contas, fiscalização eletrônica, auditoria e controle social, assegurando a transparência da arrecadação e da destinação dos recursos;

IV – as obrigações complementares da empresa concessionária, em caso de delegação da operação;

V – criação de Comissão Permanente de Discussão e Deliberação da TPAM, composta por representantes do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil;

VI – distribuição da receita entre as secretarias responsáveis pela execução dos serviços, inclusive com a reserva de percentual necessário para cobrir isenção de IPTU às pessoas acometidas por doenças graves ou deficiência, de acordo com lei específica.

Parágrafo único – O projeto de regulamento deverá ser submetido à consulta pública eletrônica, pelo prazo mínimo de quinze dias, assegurando-se a participação da sociedade civil, dos setores de turismo, comercial, ambiental, bem como de demais interessados.

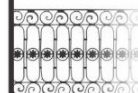
Art. 429-G – A cobrança da TPAM somente poderá ser iniciada após o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

I – a publicação do regulamento de que trata o art. 429-F desta Lei Complementar;

II – a efetiva implantação do sistema de gestão eletrônica da TPAM, com plena comprovação de sua funcionalidade operacional;



Rua Dr. Samuel Costa, n.º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

III – a celebração do contrato de concessão ou delegação, caso a execução da TPAM seja realizada por terceiro.

Parágrafo único – A data de início da cobrança será definida por ato do Poder Executivo Municipal, observadas as disposições constitucionais e infraconstitucionais, mediante publicação oficial e ampla divulgação à população e aos visitantes.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar serão custeadas com recursos próprios, provenientes da arrecadação da TPAM.

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Paraty, em 13 de novembro de 2025

LAION CAMPOS
VEREADOR

ANDERSON MAIA DOS SANTOS
VEREADOR

PAULO SÉRGIO CONCEIÇÃO DOS SANTOS
VEREADOR



Rua Dr. Samuel Costa, n º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3600380035003300330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da
Lei 14.063/2020.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Complementar que institui a Taxa de Preservação Ambiental Municipal – TPAM - encontra sólido fundamento no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no artigo 145, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a competência dos Municípios para instituir taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis. A TPAM enquadra-se especificamente na modalidade de taxa de poder de polícia, tendo como fato gerador o exercício do poder de polícia municipal em relação à matéria de proteção, preservação e conservação do patrimônio natural e histórico do Município de Paraty, conforme estabelecido no artigo 429-A do projeto.

A competência constitucional para a criação deste tributo deriva também dos artigos 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, que estabelecem a competência comum de todos os entes federados para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora. Complementarmente, o artigo 30, inciso I, confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, enquanto o inciso VIII do mesmo artigo estabelece a competência municipal para promover adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do solo urbano. No que tange à proteção do patrimônio cultural, o artigo 216 da Constituição Federal define o patrimônio cultural brasileiro e estabelece, em seu parágrafo 1º, que o Poder Público promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de diversas formas de acautelamento e preservação.

O projeto em análise atende rigorosamente a todos esses requisitos constitucionais. A especificidade da atividade estatal é claramente definida através das atividades de proteção, preservação e conservação do patrimônio natural e histórico, com operacionalização detalhada prevista no artigo 429-E, que demonstra a estruturação específica dos sistemas de arrecadação, controle, monitoramento e fiscalização. A divisibilidade é atendida pela vinculação da taxa à entrada e permanência de veículos automotores no território municipal, permitindo identificar precisamente os beneficiários das atividades de preservação. A proporcionalidade é observada através do estabelecimento de valores diferenciados por tipo de veículo, considerando o



Rua Dr. Samuel Costa, n° 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

potencial impacto ambiental de cada categoria, variando de 1 UFIR-RJ para motocicletas até 22 UFIR-RJ para ônibus.

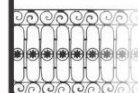
A base de cálculo estabelecida não replica qualquer imposto existente, sendo específica para mensurar a intensidade da atividade de polícia ambiental exercida pelo Município em relação a cada tipo de veículo. O projeto respeita escrupulosamente as imunidades constitucionais ao isentar veículos oficiais e estabelecer tratamento diferenciado para veículos de interesse público. As isenções previstas no artigo 429-C são constitucionalmente adequadas, abrangendo serviços essenciais como ambulâncias e carros fúnebres, veículos de prestadores de serviços cadastrados que contribuem para a atividade econômica local, e veículos destinados ao transporte de pessoas com deficiência, atendendo ao interesse social.

O projeto observa rigorosamente todos os princípios constitucionais tributários fundamentais. O princípio da legalidade é atendido pela instituição através de lei complementar com definição precisa do fato gerador, base de cálculo, contribuintes e alíquotas. A anterioridade é garantida pelo artigo 429-G, que condiciona o início da cobrança ao cumprimento cumulativo de requisitos específicos, incluindo regulamentação e implementação do sistema eletrônico. A capacidade contributiva é observada através da diferenciação por tipo de veículo, considerando que veículos maiores geram maior impacto ambiental e seus proprietários possuem, em regra, maior capacidade econômica. Os valores estabelecidos são moderados e proporcionais ao custo das atividades de preservação, não caracterizando confisco.

A transparência e o controle social são assegurados através de múltiplos mecanismos. O parágrafo único do artigo 429-F exige consulta pública eletrônica pelo prazo mínimo de quinze dias, assegurando participação social na regulamentação. O controle da aplicação dos recursos é garantido pela alínea 'b' do parágrafo 1º do artigo 429-E, que determina mecanismos de transparência e controle social, inclusive relatórios periódicos de arrecadação e aplicação dos recursos. Adicionalmente, o inciso V do artigo 429-F prevê a criação de Comissão Permanente de Discussão e Deliberação da TPAM, composta por representantes do Poder Executivo Municipal e da Sociedade Civil.



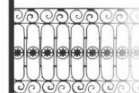
Rua Dr. Samuel Costa, n.º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com





Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Paraty

Paraty, Cidade Histórica, Cidade Criativa da Gastronomia e
Patrimônio Mundial de Cultura e Biodiversidade - UNESCO



GABINETE DO VEREADOR LAION CAMPOS

O projeto demonstra preocupação contemporânea com a proteção de dados pessoais ao estabelecer, na alínea 'd' do parágrafo 1º do artigo 429-E, que os dados pessoais decorrentes do processo de identificação eletrônica dos veículos deverão observar integralmente os princípios e disposições da Lei Geral de Proteção de Dados. Esta previsão demonstra alinhamento com o marco regulatório atual e respeito aos direitos fundamentais dos contribuintes.

A constitucionalidade da proposição é inquestionável, constituindo instrumento legítimo e necessário para o exercício da competência municipal de proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico-cultural de Paraty. O projeto está plenamente adequado ao ordenamento jurídico brasileiro, observando a competência constitucional do Município para instituir taxa de polícia ambiental, os princípios constitucionais tributários fundamentais, os direitos e garantias dos contribuintes, os requisitos de transparência e participação social, e as normas de proteção de dados pessoais. Representa, portanto, medida jurídica sólida e necessária para a preservação do patrimônio ambiental e histórico-cultural do Município de Paraty.

Câmara de Paraty, em 13 de novembro de 2025

LAION CAMPOS
VEREADOR



Rua Dr. Samuel Costa, n º 25 - Centro Histórico – Paraty/ RJ. CEP: 23970-000
www.paraty.rj.leg.br – vereador.laioncampos@paraty.rj.leg.br - laioncamposvereador@gmail.com



Autenticar documento em /autenticidade
com o identificador 3600380035003300330035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da
Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço /autenticidade utilizando o identificador 3600380035003300330035003A005000

Assinado eletronicamente por **Laion Junio Campos Carlos** em 26/11/2025 14:34

Checksum: **5019B4B5BC1A2BC1474AB2DC1E6C1AE4A7F9E4F7561EA6D73168D584E03EBDA3**

Assinado eletronicamente por **Paulo Sérgio C. dos Santos** em 27/11/2025 10:20

Checksum: **9F7A51D98FB6CC1B09C8452A3CB7EEBC6599FCDCD692C85D2BDF20F61091A29E**